

Presidente do Senado acaba com 400 cargos

BRASÍLIA — À procura da “reabilitação da imagem do Congresso”, o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), presidente do Senado, anunciou ontem a extinção de quase 400 cargos vagos. Com isso, ele pretende economizar cerca de Cr\$ 250 milhões mensais. Outros 100 cargos dos 500 vagos no Senado, aproximadamente, serão preservados e deverão ser ocupados por contínuos, motoristas, seguranças e datilógrafos. Benevides anunciou, ao mesmo tempo, um projeto de informatização do Senado. Encomendado aos senadores Márcio Lacerda (PMDB-MT), Dirceu Carneiro (PSDB-SC) e Alexandre Costa (PFL-MA), o projeto deverá estar concluído até o dia 15 de março.

A instalação do sistema informatizado, segundo Benevides, começará ainda este semestre, depois de concluída a licitação para a contratação de empresas. Ainda não existe um cálculo preciso sobre os gastos com a compra desses equipamentos. Os principais beneficiados serão a secretaria-geral da mesa do Senado, o serviço administrativo, as comissões permanentes, com atenção especial para o acompanhamento da dívida externa e do endividamento de estados e municípios. O Prodasen, o atual serviço de informática do Senado, continuará sendo utilizado pelos senadores, em conjunto com o novo sistema. O Senado, completou Benevides, deverá leiloar 44 veículos dentro do mesmo processo de enxugamento da máquina do Legislativo.

Entre as modernizações que a informática trará ao Senado, está em estudo o voto no gabinete. Pela proposta seria adotado no Parlamento brasileiro um sistema semelhante ao americano, que daria ao senador a oportunidade de votar em seu gabinete de trabalho, sem necessidade de deslocar-se para o plenário. Defendida pelo presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), a proposta, na opinião do senador Dirceu

Carneiro (PSDB-SC), um dos principais responsáveis pelo projeto de informatização, é “das menos importantes”. “Se isso for algo que atrapalhe, não vai ser feito”, adianta Carneiro. Embora considere o método seguro contra fraudes, Carneiro acha desnecessário incluir esse novo sistema de votação dentro do projeto. “O mais importante é democratizar a informação”, afirma.

A possibilidade de fraude, quando um senador poderia facultar a um colega ou mesmo a um funcionário o direito de votar no seu lugar, ficaria afastada pelas duras implicações que isso acarretaria ao próprio senador. “Ele estaria repassando a prerrogativa de acesso a informações sigilosas e exclusivas que somente a sua senha garante”, comenta Carneiro. De qualquer jeito, a possibilidade existe e o controle seria quase impossível, já que os parlamentares não estariam sujeitos à vigilância pública dos plenários. No período da Assembléia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988, os deputados *pianistas*, que votaram por seus colegas, abriram a possibilidade de fraude em votações no plenário. Embora desconheçam a novidade, outros senadores aplaudem a iniciativa. “Às vezes, ficamos o dia todo no plenário apenas ouvindo discursos”, lembra o senador Maurício Corrêa (PDT-DF).

Aprovado, o projeto facilitará bastante a vida dos senadores. Com terminais instalados em todos os gabinetes e no plenário do Senado, os parlamentares terão acesso imediato a qualquer projeto em tramitação, à íntegra dos textos e aos resultados nominais das votações, no caso de projetos já apreciados. “Os computadores utilizados atualmente pelo Senado são tão antigos que uma peça de reposição só foi encontrada num terminal desativado, guardado na Câmara dos Deputados”, diz Carneiro. “Em alguns casos, é preciso esperar dois dias até obter, por exemplo, o endereço de um parlamentar”, critica.